

COMISSÃO EXTERNA DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

REQUERIMENTO N° _____, DE 2021

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a re
Pública por v
debater o finan
UTI pelo Ministé

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública por videoconferência no âmbito desta Comissão, para debater sobre o financiamento de leitos de UTI pelo Ministério da Saúde com os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e
- Representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).

JUSTIFICAÇÃO

Em fevereiro, às vésperas de o mundo completar um ano em estado de pandemia, várias regiões brasileiras bateram recordes de internações de pacientes com quadros graves de covid-19, que permanecem mais tempo em UTIs. Segundo a Fiocruz, o SUS enfrenta nesses últimos dias o momento mais crítico em toda a pandemia, com ocupação de mais de 80% dos leitos de UTI em pelo menos 17 capitais. No Distrito Federal a taxa de ocupação chegou a



98%. Nesse quadro alarmante, verificou-se a diminuição dos leitos custeados pelo Governo Federal. Já em dezembro de 2020, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) alertava sobre essa diminuição: nessa data 12.003 unidades contavam com o financiamento do Ministério da Saúde para sua manutenção. Em janeiro de 2021, o número reduziu para 7.017 e chegamos em fevereiro com apenas 3.187 leitos de UTI financiados pelo Ministério da Saúde.

Os Estados do Maranhão, São Paulo e Bahia entraram com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal para que o Ministério da Saúde volte a financiar os leitos de UTI. No caso do Maranhão, havia 216 leitos exclusivos para Covid-19 mantidos com suporte financeiro da União, mas todos foram desabilitados em dezembro passado. Já o governo da Bahia pediu a habilitação imediata de 462 leitos de UTI destinados a pacientes da Covid. Em São Paulo, o governo estadual informou que a União deixou de prestar auxílio financeiro para a manutenção de 3.258 leitos para pacientes de Covid-19, restando apenas 564 nessa condição.

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, acolheu os argumentos dos governadores que pediam a concessão de tutela de urgência para que o Ministério da Saúde seja obrigado a reativar, com a retomada do custeio, leitos de UTI exclusivos para o tratamento da Covid-19 que foram desativados após dezembro de 2020. A decisão deste sábado (27/2), válida para os três estados, tem efeito imediato e terá que ser confirmada posteriormente pelo Plenário do STF, mas já significa uma vitória importante.

Esse é um tema crucial para ser debatido no âmbito da Comissão Externa do Coronavírus, uma vez que os demais estados da Federação, que enfrentam a mesma dificuldade, podem também não ter outra alternativa a não ser entrar na Justiça pela reativação dos leitos destinados à covid-19, e portanto peço a aprovação do presente requerimento.



* C D 2 1 5 2 1 3 6 3 9 4 0 0 *

Sala da Comissão, em 1º de março de 2021.

Deputado **JORGE SOLLA**
(PT-BA)

Documento eletrônico assinado por Jorge Solla (PT/BA), através do ponto SDR_56204, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 5 2 1 3 6 3 9 4 0 0 *